



Lula e Amorim acertam detalhes ...



... antes de o presidente falar com a imprensa

O “Processo de Heiligendamm” poderá constituir um espaço para que sejam tratadas de maneira democrática e equânime questões que afligem todo o planeta, mas que se revelam particularmente dramáticas para os países que dispõem de menos recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Por essa razão, a expectativa brasileira é de que os líderes do G-8 e os líderes dos países convidados manifestem disposição para unir esforços, de acordo com suas respectivas capacidades, em torno de ações que tragam benefícios concretos sobretudo para as

nações que ainda precisam se desenvolver.

A governança global passa por um momento de transição. Decisões que, até há pouco, eram circunscritas a conjuntos ou grupos de países em decorrência de seu poderio econômico ou militar, requerem hoje um alargamento do espectro de participantes. O G-20 na Rodada Doha, as discussões sobre a reforma das Nações Unidas, a necessidade de ações coletivas para enfrentar questões globais, como a mudança do clima, deixam claro que os

temas atinentes ao futuro da humanidade clamam por institucionalidades que superem os modelos antigos de decisão concertada entre nações com visões análogas da realidade internacional. Transformar o mundo para fazê-lo mais justo e próspero requer incluir a diversidade de opinião e de condições para que as ações necessárias considerem as diferenças como elemento constitutivo da busca de interesses comuns. É nesse sentido que a reunião de Heiligendamm aponta para uma nova direção cujo caminho cumprirá trilhar com cuidado e ousadia. ■

UE quer parceria estratégica com o Brasil

A Comissão Europeia propôs no final de maio passado lançar uma parceria estratégica com o Brasil durante a reunião bilateral que ocorrerá em Lisboa, em 4 de julho. “O Brasil desempenha um papel muito importante como parceiro da UE”, disse o presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso.

Segundo Barroso, as prioridades dessa parceria deverão ser a promoção dos direitos humanos e a cooperação em desafios mundiais, como o aquecimento global, a segurança energética e o apoio à estabilidade política e ao desenvolvimento econômico da América Latina.

Em nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores informou que “o governo brasileiro acolhe de forma altamente positiva a proposta da Comissão Europeia, que é decorrência natural de um relacionamento iniciado há 47 anos”. A proposta estaria em sintonia com as parcerias estratégicas que o Brasil já mantém com vários países membros da UE, entre os quais Alemanha, França, Reino Unido, Portugal, Espanha e Itália.

“A parceria estratégica Brasil-UE reflete o aprofundamento das relações bilaterais, em cujo contexto se inscreve a formalização, em 30 de abril, do diálogo político de alto nível e a dinamização da cooperação em diferentes áreas de interesse mútuo, como energia/biocombustíveis, ciência e tecnologia, meio ambiente, cooperação técnica, temas sociais, desenvolvimento regional e transportes marítimos”, diz a nota. Brasília espera que essa parceria, que tem caráter estritamente bilateral, represente também um impulso político às negociações UE-Mercosul.

Para Luigi Gambardella, presidente do Fórum EuBrasil, criado em Istambul em maio de 2005, o Brasil representa hoje a única oportunidade para a UE expandir suas relações bilaterais com as economias mais promissoras em desenvolvimento no mundo. “O Brasil é hoje o mais importante mercado para a UE na América Latina, representando um terço do comércio total da União Europeia nessa parte do mundo. Para o Brasil, a UE é o mais importante parceiro comercial, totalizando 22% de seu comércio exterior”, disse. (Ansa e MRE)